

007.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA
235

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Ineficácia do decreto presidencial sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste debate não dá para colocar, de um lado, aqueles que são a favor de resolver o problema da violência do Rio de Janeiro e aqueles que são contra. Isso é um debate falso.

A discussão é a seguinte: como nós podemos iniciar um processo de combate ao crime organizado no Brasil, com a consequência da violência, não só no Rio de Janeiro, mas em São Paulo, onde o PCC já está muito bem instalado, inclusive levando o crime para o Brasil inteiro, e também como nós podemos ter uma política estratégica de segurança pública no Brasil e acabar com essa omissão histórica.

O papel da Oposição aqui é denunciar que esse decreto do Presidente Michel Temer é um decreto improvisado, que é incapaz de enfrentar a médio e longo prazo o problema da crise da segurança pública no Rio de Janeiro.

Eu, inclusive, quero fazer um desafio aqui: tenho certeza absoluta de que os Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não foram consultados sobre esse decreto; foram atropelados pelo Palácio do Planalto. Digo isso porque, se tivessem sido consultados, teriam sido contra a forma pela qual essa intervenção está sendo feita.

Alguns Deputados e Deputadas que me antecederam nesta tribuna já tiveram a oportunidade de aqui registrar algumas falas anteriores do Comandante do Exército, que fez um relato das ocupações nas favelas do Rio de Janeiro, dizendo que foram inócuas, exatamente pela forma como foram feitas. E agora se repete o erro.

A experiência histórica demonstra que as Forças Armadas não estão habilitadas para fazer o combate policial das ruas. Vejam a experiência do México! Vejam a experiência da Colômbia! E nós temos a



experiência do Brasil.

As Forças Armadas têm sua missão. Qual é a missão das Forças Armadas? É proteger a integridade do nosso território; proteger as nossas fronteiras. A responsabilidade da Marinha, do Exército e da Aeronáutica é impedir que as armas e as drogas entrem no País.

Em vez de as Forças Armadas estarem nas nossas favelas, deveriam estar nas fronteiras para impedir que as armas e o dinheiro entrassem no País.

Esse é o primeiro equívoco desse decreto e dessa concepção, pois é um decreto que não hierarquiza funções no sistema de segurança pública; não estabelece prática e concretamente qual é o papel das Forças Armadas; não estabelece qual é o papel da Polícia Federal, que é uma polícia nacional, de suporte e de inteligência e também responsável por fazer o policiamento das fronteiras; não estabelece de que forma as polícias estaduais serão reequipadas, especialmente as do Rio de Janeiro, tanto a civil quanto a militar, esta última com a missão de fazer o policiamento ostensivo, a primeira, na condição de Polícia Judiciária.

Vários Deputados vieram a esta tribuna para dizer que não tem previsão de inteligência, não tem suporte e não tem papel definido, enfim, que esse decreto está errado. Mas vem aqui e diz que vai apoiar o decreto.

Ouvi aqui o Deputado Edson Moreira, que é inclusive Delegado, fazer um diagnóstico. Esperava eu que, por consequência, seria o Deputado contra o decreto, porque toda a fala dele era no sentido de que esse decreto não bebe na melhor experiência da segurança pública. E aqui, a boca pequena, ouvi de vários Deputados da base do Governo que isso é uma aventura - e uma aventura que não vai dar certo. Mas não dizem desta tribuna, não assumem de pública, mas, a boca pequena, dizem o seguinte para nós: *"Essa intervenção pode ser um novo Afeganistão para o Exército Brasileiro: vai entrar, mas não sabe como sai"*.

Todo mundo sabe muito bem que isso é uma grande aventura em que estão colocando as nossas Forças Armadas. A história demonstra que as Forças Armadas não foram treinadas e nem têm em sua doutrina a missão do policiamento. Forças Armadas são treinadas para a guerra. E é por isso que se fala, a boca pequena, que as áreas policiadas serão consideradas como hostis.

Esse conceito de área hostil é um conceito militar, um conceito de guerra. O militar é treinado para a guerra, é treinado para eliminar o



inimigo, é treinado para matar. Essa é a questão e essa é a doutrina militar.

Quando os militares entrarem nas favelas do Rio de Janeiro, vão considerar que todos podem ser inimigos, aqueles que têm e aqueles que não têm envolvimento com o crime organizado. O que vai acontecer? Uma tragédia, porque não estão acostumados, no dia a dia, a andar nos morros, não conhecem as vielas, não conhecem como o crime se organiza. Vão acontecer tiroteios para cima e para baixo, causando a morte da população civil. Isso vai gerar uma reação, vão morrer soldados do Exército, e causará reação maior ainda. E aí vamos ter que decretar estado de sítio em algumas situações.

É uma aventura o que esse Governo está levando ao Brasil - um Governo que só tem 3% de aprovação. E já conseguiu um resultado com esse decreto, conseguiu um resultado concreto. O primeiro resultado: não se fala mais de Porto de Santos, não se fala mais de corrupção, não se fala mais das mazelas deste País. Agora o assunto é só segurança pública. Até da reforma da Previdência, que seria derrotada nesta semana, não se fala mais. Acabou! Mudou-se a pauta política. Até a Oposição, que vinha unida, se dividiu nesse decreto. É essa a grande verdade. Portanto, esse decreto já cumpriu a sua função, que era tirar o Governo do ringue, tirar o Governo do *corner*, permitindo-lhe partir para a ofensiva política.

Quem entende um pouquinho de segurança pública sabe que a ocupação territorial é momentânea. Num primeiro momento, você tem uma sensação de segurança, mas, a médio e longo prazos, ela não consegue cumprir o seu papel. Sabe por quê? Porque no morro não existem empregos para um jovem ganhar 954 reais, que é o salário mínimo, mas o traficante paga a ele 1.000 reais por semana. E uma parcela do morro sabe muito bem que a vida útil do jovem é de até 21 anos, que ele pode passar 3 ou 4 anos no tráfico e que depois ele vai para a cadeia. É essa, infelizmente, a realidade.

Esse decreto não coloca uma discussão concreta. A discussão concreta é a seguinte: sem emprego, sem educação, sem saúde não há solução. Aliás, eu fui Presidente da Comissão de Defesa Nacional em 2013, e o que eu ouvia dos nossos militares era isto: *"Nós ocupamos os morros, mas, chegando lá, não havia médicos, não havia educação, não havia creches, não havia empregos, e vivíamos essa angústia de estar ocupando o morro e não ver políticas sociais."* Essa é a grande verdade.

Nós estamos aqui não para dizer que somos contra a segurança pública no Rio de Janeiro. Todos nós somos favoráveis à segurança pública no Rio de Janeiro, todos nós somos a favor do combate ao



crime organizado. E digo mais: o PCC hoje tem mais força do que o Comando Vermelho - é uma organização nacional. A consequência do que está sendo dito aqui, a consequência desse decreto, a consequência dessa concepção, depois de intervir no Rio de Janeiro, é ter que intervir em São Paulo, porque o Governo de São Paulo não controla o PCC, que está exportando crimes para o Brasil inteiro. Todo o Brasil hoje está sendo dominado pelo PCC. Vamos intervir em São Paulo? Vamos intervir nas outras Unidades da Federação? É essa a aventura que nós estamos levando ao País. Esse estado de exceção vai ter que ser aprofundado. E aí nós estamos colocando em risco a nossa democracia. Felizmente a democracia brasileira ainda pulsa.

Houve gente esta semana defendendo mandados de coerção coletivos, prisões coletivas, afrontando a nossa Constituição, afrontando a nossa legislação penal e processual penal. Diante da reação da comunidade jurídica, inclusive do Supremo Tribunal Federal, recuou-se. Mas essa é a aventura que nós estamos levando ao nosso País. E nós não podemos aceitar essa aventura.

Este Governo que não tem legitimidade deveria abrir um amplo debate no País com os especialistas em segurança pública para apresentar ao Brasil um projeto verdadeiro de segurança pública, um projeto estratégico, capaz de combater o crime organizado.

O crime organizado tem uma lógica: ele tem lavagem de dinheiro, ele tem agentes do Estado corrompidos, tem logística. Se não houver um amplo processo, nós vamos levar as nossas Forças Armadas a uma grande aventura e a um grande fracasso.

Alguns Deputados disseram aqui: *"Olhem o que vocês estão propondo ao País com a expectativa que estão criando de que vão acabar com a criminalidade no Rio de Janeiro!"*

Não vão acabar com a criminalidade no Rio de Janeiro, mas podem levar as nossas Forças Armadas a uma grande aventura e causar uma grande frustração nacional.

Este é o nosso papel de oposição: denunciar que esse decreto não vai resolver o problema. *(Palmas.)*